

A adaptação às alterações climáticas é, hoje em dia, um tema incontornável na vida de todos nós. No quadro da estratégia 'Europa 2020', trata-se de uma prioridade política e técnica da União Europeia, implicando atuações diferenciadas face às realidades e especificidades de cada Estado-membro.

Portugal, que conta com uma 'Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas - ENAAC 2020', assumiu neste âmbito três objetivos-chave a prazo: (i) aumentar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas; (ii) preparar e implementar medidas de adaptação; e, (iii) promover a integração de adaptação em políticas territoriais e setoriais.

A Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, tendo em conta as vulnerabilidades atuais e futuras e os riscos que o Alentejo Central enfrenta, entendeu como prioritário promover a elaboração do 'Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Alentejo Central', contando para tal com o apoio do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (PO SEUR), inscrito no quadro de financiamento público PORTUGAL 2020.

www.cimac.pt
piaac-ac@cimac.pt

PROMOTOR



FINANCIAMENTO



PARCEIROS



ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ALENTEJO CENTRAL PLANO INTERMUNICIPAL

FASE 3

PLANEAMENTO DE OPÇÕES
E MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO

MARÇO 2018



ADAPTAÇÃO ÀS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS ALENTEJO CENTRAL

PLANO INTERMUNICIPAL



A Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central tem vindo a desenvolver, ao longo dos últimos meses e em estreita articulação com os 14 municípios que integram a CIMAC, o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas.

A estratégia definida dá continuidade aos objetivos que motivaram a sua elaboração, nomeadamente de criação de condições institucionais, técnicas e científicas para o estabelecimento de uma cultura de adaptação duradoura e transversal a toda sub-região e a todos os atores.

Foram não só definidas linhas de intervenção claras para a administração pública local, que enquadram um programa de ação de curto-médio prazo que sinaliza a urgência da resposta e a capacidade do território em iniciar o processo de adaptação, mas também formuladas orientações para a administração pública central e para os atores privados.

VISÃO

ALENTEJO CENTRAL

Comunidades preparadas para responder aos desafios das alterações climáticas, implicadas num caminho adaptativo suportado nos princípios da sustentabilidade, da equidade e da coesão territorial

OBJETIVOS

I.

Preparar o Alentejo Central e os setores estratégicos mais vulneráveis para lidar com o agravamento dos riscos climáticos, nomeadamente para a escassez de água e para o aumento da ocorrência de eventos meteorológicos extremos relacionados com as temperaturas extremas

II.

Promover o reforço da capacidade adaptativa institucional local e sub-regional, criando condições técnicas, científicas e operacionais para que os municípios liderem o processo de adaptação local

III.

Reforçar a governação integrada (vertical e horizontalmente) capaz de responder com eficácia e eficiência aos desafios das mudanças climáticas

IV.

Sensibilizar e capacitar as comunidades locais para as ameaças e oportunidades das alterações climáticas e para o imperativo da adaptação

MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO



AGRICULTURA
E FLORESTAS



BIODIVERSIDADE
E PAISAGEM



ECONOMIA



ENERGIA E
SEGURANÇA
ENERGÉTICA



ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO



RECURSOS
HÍDRICOS



SAÚDE
HUMANA



SEGURANÇA
DE PESSOAS
E BENS



TRANSPORTES
E COMUNICAÇÕES

MEDIDAS DE ADAPTAÇÃO



AGRICULTURA E FLORESTAS

- Promover a implementação de práticas de agricultura de conservação para maior proteção dos solos.
- Promover sistemas produtivos menos exigentes em água e matéria orgânica e mais adaptados à variabilidade climática.
- Promover a conservação e valorização do património genético animal e vegetal.
- Aumentar a capacidade de armazenamento de água.
- Promover o reforço sustentável das reservas hídricas para a agricultura.
- Promover a articulação institucional das entidades responsáveis pelo ordenamento da floresta.
- Reforçar a capacidade de planeamento e gestão ativa dos espaços florestais.
- Promover a prevenção de incêndios florestais.
- Promover a erradicação de espécies invasoras lenhosas.
- Reforçar o papel da agricultura e floresta na proteção do solo e da água.
- Promover a concertação entre atores estratégicos na adaptação do setor da agricultura e florestas.
- Avaliar a viabilidade e promover a disseminação de novas espécies, variedades e/ou sistemas produtivos de culturas arvenses melhor adaptados.
- Avaliar a viabilidade e promover a disseminação de novas espécies e/ou sistemas produtivos de hortícolas, frutícolas, olival e vinha.



ECONOMIA

- Aumentar a resiliência passiva dos espaços económicos estruturantes aos eventos de tempestades e de precipitação excessiva.
- Reduzir a exposição dos espaços económicos estruturantes ao risco de incêndios.
- Aumentar a resiliência dos valores patrimoniais às alterações climáticas.
- Monitorizar o impacto das alterações climáticas nos produtos turísticos sub-regionais e adaptar a promoção turística.
- Melhorar os mecanismos de informação e de sensibilização para os turistas considerando os riscos das alterações climáticas.
- Promover a conservação e valorização do património natural e paisagísticos.



TRANSPORTES E TELECOMUNICAÇÕES

- Aumentar a resiliência passiva das infraestruturas de transporte.
- Aumentar a resiliência passiva das infraestruturas de comunicações.
- Adaptar as infraestruturas de transporte.



RECURSOS HÍDRICOS

- Aumentar a eficiência na adução e uso da água.
- Diversificar as origens da água utilizada.
- Aprofundar e melhorar a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.
- Aumentar a capacidade de armazenamento e de regularização do escoamento e diminuição da evaporação.
- Aumentar a resiliência das massas de água e dos sistemas de tratamento de águas e de efluentes.
- Promover a gestão integrada de bacias hidrográficas.
- Aumentar a resiliência passiva do espaço público e das infraestruturas hidráulicas.
- Aumentar o aproveitamento das águas pluviais em zonas urbanas.



BIODIVERSIDADE E PAISAGEM

- Aumentar o conhecimento sobre a biodiversidade e sua dinâmica.
- Identificar potenciais fontes que possam contribuir para a diminuição da biodiversidade.
- Promover a conservação e valorização do património genético animal e vegetal.
- Garantir a variabilidade genética da flora e fauna autóctone.
- Promover a gestão das áreas com risco potencial de quedas de árvores.
- Reforçar a prevenção do risco de incêndio através do planeamento e gestão de zonas florestais.
- Promover o controlo de espécies invasoras.
- Promover o papel da agricultura, floresta e pastorícia na proteção dos recursos naturais.
- Promover a alteração da composição de pastagens e tipo de pastoreio.



SAÚDE HUMANA

- Reduzir a exposição ao calor em ambiente exterior.
- Reforçar a eficiência da monitorização e dos sistemas de alerta.
- Reforçar a vigilância de doenças transmitidas por vetores.
- Reduzir a produção de poluentes atmosféricos e o favorecimento da sua dispersão.
- Melhorar os sistemas de monitorização e de acompanhamento da população vulnerável.
- Preparar resposta ao possível aumento de doenças transmitidas pela água.
- Adaptar o sistema de saúde à sazonalidade das doenças cardiovasculares.



SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS

- Reduzir a exposição territorial à ocorrência de cheias e inundações.
- Implementar medidas de planeamento preventivo no âmbito dos efeitos diretos e indiretos das alterações climáticas.
- Incrementar a capacidade de prevenção de incêndios florestais-rurais.
- Incrementar a capacidade de resposta às ocorrências de incêndios florestais e rurais.
- Aumentar a resiliência da população aos incêndios.
- Aumentar a resiliência da população à escassez de água.



ENERGIA E SEGURANÇA ENERGÉTICA

- Aumentar a resiliência passiva das infraestruturas de geração e de transporte de eletricidade.
- Promover a distribuição de responsabilidades dos danos causados por fenómenos meteorológicos extremos.
- Melhorar os sistemas de alerta entre as entidades responsáveis e a população.
- Sensibilizar a população para a implementação de estratégias de redução do consumo energético e melhoria do conforto térmico.
- Avaliar e prevenir o impacto das ondas de calor no consumo energético.
- Melhorar o desempenho energético, a climatização e o conforto térmico nos edifícios públicos.
- Promover o arrefecimento do ambiente urbano envolvente aos edifícios.
- Promover o aumento da produção energética local e sub-regional a partir de fontes renováveis.
- Promover a geração de eletricidade distribuída.